



## VI - DIÁLOGO SOCIAL E CIDADANIA





## VI – DIÁLOGO SOCIAL E CIDADANIA

A participação social foi adotada como um importante instrumento de governo na elaboração, execução e avaliação das políticas públicas, conferindo qualidade e viabilidade a um projeto de desenvolvimento de longo prazo. Para a superação do antigo modelo, foi necessário um esforço conjunto da sociedade e do Estado baseado em uma relação de diálogo permanente e de respeito à autonomia dos movimentos sociais.

Em 2010, foram realizadas mais de 500 reuniões com centrais sindicais, entidades representativas dos bancários, petroleiros, aposentados, movimentos sociais, organizações não governamentais, entidades de trabalhadores rurais, universidades, intelectuais e entidades estudantis. Esses encontros expressam o compromisso do Governo com a construção de um novo padrão de relacionamento com os diferentes setores da sociedade civil.

### 1. Informação ao Cidadão

O Governo apresentou avanços no que se refere às ações e estratégias desenvolvidas para aperfeiçoar, integrar e fortalecer os canais de comunicação dos órgãos do Poder Executivo, com o propósito de informar e esclarecer os cidadãos brasileiros sobre políticas públicas, programas e ações governamentais, de acordo com o que dispõe o art. 37, § 1º da Constituição Federal. Em 2010, para o alcance desses objetivos, deu-se continuidade à política de regionalização da comunicação, incluindo conteúdo e mídia, ao aprimoramento da avaliação das ações de comunicação, por meio de pesquisas de opinião, e à busca de maior eficiência dos instrumentos de gestão, controle interno e de comunicação pública, por meio da Internet.

Em março, foi lançado o novo Portal Brasil com versões em inglês e espanhol para atender à demanda de públicos no exterior. Ao longo do ano, o Portal evoluiu em novas ferramentas e conteúdos, com destaque para os Especiais de Eleições, Ciência e Tecnologia, Inovação, Comitê das Partes – COP 10 e COP 16, Governo de Transição, Linhas do Tempo e Programas de Governo para o cidadão, além da criação de perfis nas redes sociais Twitter e Youtube, com o objetivo de interagir com o cidadão e ampliar a comunicação de serviços e informações. O Portal da Presidência foi redesenhado para dar mais eficiência à comunicação via Internet.

A estratégia de regionalização de mídia alcançou mais de dois mil Municípios e cerca de oito mil veículos de comunicação. Foram realizadas 95 campanhas de publicidade institucional e de utilidade pública para informar a população sobre os seus direitos e prestar contas à sociedade sobre ações, programas e medidas do Governo Federal de interesse do público em geral e também de segmentos específicos. Entre as de utilidade pública mereceu destaque a campanha de esclarecimento sobre os prazos de recadastramento dos beneficiários do programa Bolsa Família e as campanhas referentes às seguintes políticas afirmativas: i) Cidades Acessíveis, que incentivou e divulgou ações de acessibilidade; ii) autodeclaração de cor e raça no Censo 2010; e iii) o centenário da Revolta da Chibata, por ocasião do Dia da Consciência Negra.

Com relação às campanhas institucionais, ressalta-se a “Brasil 2010”, que visou a sensibilizar a sociedade para o novo patamar de desenvolvimento alcançado pelo País, fortalecer a autoestima da população e também fixar o conceito “Estamos vivendo um novo Brasil”. Essa campanha teve desdobramento regional, com conteúdo específico para cada unidade da Federação, que apresentou ações de infraestrutura integradas a programas sociais e seu reflexo positivo na vida dos brasileiros. Outras campanhas relevantes foram o Balanço de quatro anos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que apresentou o andamento das obras do Programa e o funcionamento da estrutura federativa para que a sociedade acompanhasse e fiscalizasse a aplicação dos recur-





tos públicos; a Campanha de Educação, que tratou da inauguração de 78 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), localizados em vários Estados; e a de fim de ano, que buscou reafirmar a confiança no modelo de desenvolvimento que marcou o período 2003-2010.

Foram aperfeiçoados o Cadastro Nacional de Veículos de Comunicação e o Sistema de Compartilhamento de Dados sobre Custos de Produção de Serviços de Publicidade entre os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, que passará a abrigar o cadastro de fornecedores de serviços especializados às agências de propaganda, em decorrência de disposição na Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010.

A comunicação pública consolidou uma área de produção de conteúdos próprios para disseminação em diversos meios e aprimorou os produtos já existentes. Dentre os principais produtos estão o boletim *Em Questão*, em versão digital, eletrônica e impressa; a Central de Notícias do Portal Brasil; a Revista Digital do Portal Brasil; e o *Jornal de Balanço*.

O Governo manteve a rotina de entrevistas cotidianas aos diversos segmentos da imprensa, consolidando a política de diversificação, democratização e profissionalização da comunicação com a imprensa e a sociedade. Em 2010, o Presidente da República concedeu uma média superior a três entrevistas por semana, foram mais de 150 entrevistas para as imprensas estrangeira, nacional, regional e segmentada, sendo 80 coletivas e 70 exclusivas.

O Presidente foi entrevistado, em 2010, pelas principais redes de televisão do País, por jornais de 16 Estados e por comunicadores de rádio de dez Estados de todas as regiões. Entre os veículos estrangeiros destacam-se as emissoras CNN, CBS e Al Jazeera, o jornal *El País*, a revista *The Economist* e a agência *Associated Press*. Emissoras de televisão e revistas regionais também foram atendidas, além dos portais IG e Terra e da agência de notícias *Carta Maior*, em conjunto com os jornais *Página 12*, da Argentina, e *La Jornada*, do México. Foram estendidos os canais de comunicação por meio das redes sociais, com a criação de perfis no Twitter - *Blog do Planalto*, com cerca de 14 mil seguidores, e *Imprensa PR*, com cerca de 5 mil seguidores – e canais exclusivos no Flickr e no YouTube.

Para divulgar o Brasil no exterior, houve um intenso trabalho com o objetivo de despertar o interesse e gerar percepção positiva de jornalistas e formadores de opinião ao redor do mundo sobre o País. Durante a COP 15, veio o reconhecimento por meio de dois prêmios na categoria *media relations: Stevie International Business Award* e o *IPRA-2010 Golden World Award* para Excelência em Relações Públicas. Outras ações relevantes no exterior foram a realização do seminário para atrair investimentos para o Brasil, realizado em Madri, Espanha, em 2010, com a presença do Presidente da República, ministros e empresários, e outro evento na Costa Oeste dos Estados Unidos, sobre inovação tecnológica brasileira.

Na área de patrocínio, foi aprimorado o Sistema de Acompanhamento e Controle das Ações de Comunicação (Sisac) para dar mais agilidade ao processo de análise e aprovação das ações patrocinadoras. O sistema integrou, via Internet, 71 instituições de governo e 962 usuários ativos que viabilizaram a análise e a deliberação de projetos patrocinados por empresas do Poder Executivo Federal. Foi publicado ainda o primeiro Regimento Interno do Comitê de Patrocínios, em sintonia com o Código de Ética do Servidor Público.

O Governo avançou na institucionalização da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), como empresa pública responsável pela implantação e gestão do Sistema Público de Comunicação, nos termos do art. 223 da Constituição Federal. A TV Brasil renovou significativamente sua grade de programação informativa, diferenciada e complementar, com a oferta de 15,5 horas semanais de





novos conteúdos. A programação observou o compromisso com a exibição de conteúdos regionais e independentes. Em maio de 2010, foi lançada a TV Brasil Internacional, canal destinado a divulgar informações e conteúdos culturais sobre o País, atendendo também aos mais de três milhões de brasileiros emigrados. Inicialmente transmitido para 49 dos 55 países africanos e retransmitido por dezenas de operadoras latino-americanas, o canal chegou a Portugal e aos Estados Unidos em dezembro de 2010. A EBC prosseguiu com os investimentos em equipamentos de radiodifusão, visando à digitalização dos sistemas de produção e transmissão e superou a sua fragmentação física no Distrito Federal com a implantação de uma sede onde funcionam todas as suas unidades e canais.

As principais ações propostas para 2011 são a evolução do Portal Brasil com a criação de novos perfis de público, conteúdos e serviços e o desenvolvimento de ferramentas que permitirão implementar o processo de colaboração do cidadão com a construção do Portal; a ampliação das ações de publicidade no meio Internet; o reforço na divulgação do Brasil na América do Sul e na Ásia; o início da implantação do Operador da Rede Nacional de TV Pública Digital; e o estabelecimento de diretrizes de comunicação destinadas às mídias sociais.

## 2. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES)

Criado em 2003 pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, de iniciativa do Poder Executivo, o CDES se fortaleceu e se constituiu em um processo exitoso de aprendizagem para a igualdade política, o debate de ideias e a pactuação.

O CDES realizou, ao longo do ano de 2010, 74 atividades, entre reuniões ordinárias plenárias, reuniões de Grupos de Trabalho, seminários, colóquios e missões internacionais, que contaram com a participação ativa dos Conselheiros, de ministros e altos dirigentes da administração pública, lideranças sociais, intelectuais e pesquisadores.

O grande destaque do trabalho realizado pelo CDES, em 2010, foi a elaboração e divulgação da Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento (ANC). Conforme prática do Conselho, a ANC não é um produto acabado, mas uma contribuição para o diálogo, para a ampliação de consensos e a construção de viabilidade em torno de questões fundamentais para o País. Conselheiros e conselheiras de todas as regiões mobilizaram-se para constituir espaços, envolver outras lideranças no debate e agregar a perspectiva regional à Agenda, em um total de 13 reuniões, realizadas em várias cidades brasileiras. A valorização do diálogo social aparece também como resultado desses encontros, disseminando a disposição para constituição de conselhos econômicos e sociais nos diversos Estados.

Iniciou-se no ano de 2010 o debate em torno dos seguintes temas ligados à ANC: i) Desenvolvimento rural sustentável; ii) Acesso a Banda Larga; iii) Educação e Inovação; iv) Financiamento para o Desenvolvimento – Balanço de Pagamentos e Transações Correntes e Financiamento de Longo Prazo; e v) Cadeia produtiva do Pré-Sal.

Também foi criado o GT Grandes Eventos Esportivos, cujo objetivo é acompanhar de maneira ampla todos os aspectos envolvidos na realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.

O Observatório da Equidade avançou nos seus trabalhos, produzindo análises sobre os temas “As Desigualdades na Escolarização no Brasil” e “Sistema Tributário Nacional”, cujos relatórios foram atualizados a partir de informações produzidas pelas equipes técnicas de cada um dos temas e do seu Conselho Diretor, e de dados gerados por intermédio de seminários e colóquios temáticos.

No que se refere à cooperação internacional, o CDES realizou em 2010, em parceria com o Conselho Econômico e Social Europeu





(CESE), a 2ª Mesa Redonda da Sociedade Civil Brasil-União Europeia, em janeiro, em Belém (PA), sobre o tema “Mudança climática e matriz energética mundial”. A 3ª Mesa Redonda ocorreu em Bruxelas, Bélgica, em setembro, e teve como tema “Dimensão Participativa e Equidade Social e Segurança Alimentar e Nutricional”.

No ano de 2010 foi realizada também a 2ª Mesa Redonda da Sociedade Civil Brasil-Rússia, em maio, cujo tema foi “O papel do BRIC como instrumento de formação da nova ordem econômica, de criação de mecanismos de eficácia da governança global, e de decisão das tarefas prioritárias do desenvolvimento dos países participantes”. Em relação às atividades bilaterais, o CDES promoveu ainda uma reunião conjunta com o Conselho Econômico e Social da Espanha durante sua participação no 6º Encontro da Sociedade Civil União Europeia - América Latina.

No âmbito da Associação Internacional de Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares (AICESIS), destaca-se a participação do CDES nas reuniões do Conselho de Administração da Associação, bem como em sua Assembleia Geral, realizada em julho, em Nova Iorque, EUA. O CDES foi relator do principal tema de trabalho da atual presidência da AICESIS – “O papel dos conselhos econômicos e sociais e de instituições similares no novo modelo econômico, social e ambiental de governança global”. Com o intuito de trazer mais subsídios ao tema, o Conselho promoveu no mês de setembro, em Brasília (DF), o Seminário Internacional sobre Governança Global.

As prioridades temáticas para 2011 estão expressas na ANC, que possibilitará ao Conselho gerar análises e recomendações centradas nos novos horizontes da educação, nos desafios do Estado democrático, na transição para a economia do conhecimento, na garantia do trabalho decente com inclusão social, no papel das infraestruturas e da sustentabilidade ambiental, e no padrão emergente de produção.

Conforme sua missão de assessoramento, o CDES deverá mobilizar sua capacidade de análise e de diálogo qualificado para debater e contribuir para questões e projetos prioritários para a Presidência da República. De forma a disseminar a prática do diálogo social e viabilizar a constituição de uma rede de debate em torno do desenvolvimento, o Conselho também deverá manter as ações de apoio a iniciativas de criação de conselhos econômicos e sociais nos Estados e Municípios brasileiros e em outros países. A manutenção do trabalho do Observatório da Equidade permitirá que o CDES contribua para aumentar o conhecimento da sociedade civil sobre as políticas públicas e elabore propostas para que o desafio do enfrentamento das desigualdades brasileiras persista e avance.

No âmbito internacional, propõe-se que o Conselho dê novos passos na parceria com o Conselho Econômico e Social Europeu (CESE). Também é proposta a continuidade na promoção das relações bilaterais com instituições homólogas e na consolidação da participação do CDES na AICESIS, garantindo a interação das lideranças da sociedade civil brasileira com lideranças de mais de 60 países e blocos.

### 3. Conferências Nacionais, Conselhos e Fóruns de Diálogo

Os resultados da construção e fortalecimento de espaços e formas de diálogo se refletiram no próprio processo de tomada de decisões do Governo, que passou a ser realizado em conjunto com a sociedade civil por meio das Conferências Nacionais, dos Conselhos, Fóruns e Mesas de Diálogo.





As conferências nacionais adquiriram um caráter inovador, permitindo aos mais variados segmentos da sociedade civil expressarem suas demandas e propostas. Desde 2003, os debates mobilizaram mais de cinco milhões de pessoas nas etapas municipal, estadual e federal.

Em 2010, foram realizadas nove Conferências Nacionais:

- 2ª Conferência Nacional de Cultura, de 11 a 14 de março;
- 1ª Conferência Nacional de Defesa Civil e Assistência Humanitária, de 23 a 25 de março;
- 1ª Conferência Nacional de Educação (CONAE), de 28 de março a 1º de abril;
- 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (CNCTI), de 26 a 28 de maio;
- 3ª Conferência Nacional do Esporte, de 3 a 6 de junho;
- 2ª Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES), de 16 a 18 de junho;
- 4ª Conferência Nacional das Cidades, de 19 a 23 de junho;
- 4ª Conferência Nacional de Saúde Mental – Intersetorial, de 27 de junho a 1º de julho; e
- 3ª Conferência Nacional das Comunidades Brasileiras no Exterior, em 2 e 3 de dezembro.

Para o ano de 2011 estão previstas as seguintes Conferências:

- 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude;
- 1ª Conferência Nacional de Turismo;
- 3ª Conferência Nacional dos Direitos da Mulher;
- 14ª Conferência Nacional de Saúde, que terá como tema “Todos usam o SUS! SUS na Seguridade Social – Política Pública, Patrimônio do Povo Brasileiro”;
- Conferência Nacional sobre Transparência e Participação Social;
- 4ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;
- 1ª Conferência Nacional das Águas;
- 4ª Conferência de Meio Ambiente;
- 9ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- 3ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa; e
- 8ª Conferência Nacional de Assistência Social.





Os Conselhos Nacionais, espaços institucionais de diálogo do Estado com a sociedade, tiveram, ao longo de 2010, uma intensa agenda de reuniões e encontros. Para facilitar o acesso a essas atividades, foi produzido um caderno trimestral sobre os Conselhos, contendo informações tais como: composição, finalidade, endereço e agenda prevista para o período.

As Mesas de Negociação resultaram em importantes conquistas para a sociedade brasileira. Foi o caso da Mesa de Negociação dos Atingidos por Barragens (MAB), que resultou na assinatura do Decreto nº 7.342, de 26 de outubro de 2010. O Decreto instituiu o cadastro socioeconômico para identificação, qualificação e registro público da população atingida por empreendimentos hidrelétricos e criou o Comitê Interministerial de Cadastramento Socioeconômico, atendendo à reivindicação do MAB no sentido de avançar na definição do conceito de atingidos.

A Mesa de Diálogo para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar, instalada em 2008, é fórum nacional de diálogo e negociação tripartite, criada para debater e propor soluções para tornar mais humano e seguro o cultivo manual da cana-de-açúcar, além de promover a reinserção ocupacional dos trabalhadores desempregados pelo avanço da mecanização da colheita. Em 2009 foi firmado, entre o Governo Federal e entidades de trabalhadores e de empresários do setor sucroenergético, o Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar. Em 2010 foi formalizada a Comissão Nacional de Diálogo e Avaliação do Compromisso Nacional.

Temas fundamentais para o País foram objeto de acompanhamento e articulação como, por exemplo, o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região do Lago Tucuruí, que envolve todos os Municípios e a população atingida direta ou indiretamente pelas obras e mudanças ocorridas na região a partir da implementação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí; e o Plano de Desenvolvimento da Região Turística do Meio-Norte, que envolve 99 Municípios (33 do Estado do Piauí, 33 do Ceará e 33 do Maranhão). Outra importante ação desenvolvida foi o Grupo de Trabalho responsável pela implementação das ações do Programa Trabalho Doméstico Cidadão (PTDC).

Em 2011, pretende-se dar continuidade à coordenação do diálogo dos movimentos sociais e entidades da sociedade civil com o Governo Federal e consolidar o Sistema Nacional de Participação Social. Também serão empreendidos esforços para garantir maior integração entre os vários canais setoriais de participação social, promover iniciativas com o objetivo de assegurar a inter-setorialidade e fortalecer a participação social nos processos de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas nos três níveis de Governo.

O Programa de Formação de Conselheiros Nacionais, que oferece cursos de capacitação para a gestão democrática e participativa de políticas públicas, encerrou, em 2010, sua primeira fase com a formação de 4.378 alunos. O Programa terá continuidade em 2011, com a oferta de uma nova turma de 150 alunos no Curso de Especialização, com previsão de formatura em fevereiro de 2012.

Ainda em 2010 foi firmada uma parceria com o Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Rio de Janeiro (IESP-UERJ), com o objetivo de mensurar o impacto das conferências e dos conselhos nacionais na formulação de políticas públicas no âmbito dos Poderes Legislativo e Executivo federais realizadas no período entre 2003 e 2010.

Foram também realizados sete cursos de formação de multiplicadores do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV) e outros três cursos de atualização para os multiplicadores, abrangendo novas formas de uso do Sistema. Os cursos de formação contaram com 150 representantes de entidades da sociedade civil que atuam nas áreas rural, cultural,





direitos humanos, políticas para as mulheres, crianças e adolescentes, juventude, meio ambiente, portadores de deficiências, igualdade racial, orientação sexual, difusão comunitária, territórios da cidadania, favelas, pesca artesanal, cooperativismo, atingidos por barragens, quebradeiras de coco, moradia popular, assistência social, populações extrativistas e prevenção às dependências.

Em 2011, o Governo dará continuidade à formulação, discussão e socialização de conceitos, procedimentos e experiências relativas à democracia participativa; intensificará suas relações com os centros de pesquisa sobre participação social e democracia participativa; realizará seminários nacionais e regionais; e desenvolverá estudos com o objetivo de construir indicadores de participação social nas políticas públicas.

No âmbito internacional, foram praticadas em 2010 ações relacionadas ao fortalecimento da participação social nos temas prioritários da política externa brasileira. Merecem destaque os programas voltados para o Mercosul, que têm por objetivo divulgar, informar e capacitar a sociedade civil sobre o processo de integração regional, sistematizar e dar visibilidade à agenda social da integração e aproximar o Mercosul das populações.

Foram realizadas, ao longo do ano de 2010, três reuniões ordinárias do Conselho Brasileiro do Mercosul Social e Participativo, nas quais foram debatidos os temas: migração e trânsito de pessoas, negociações externas (acordos comerciais com outros blocos e países) e o Instituto Social do Mercosul. O Conselho foi instituído por meio do Decreto nº 6.594, de 6 de outubro de 2008, que criou o Programa Mercosul Social e Participativo, com o propósito de promover a interlocução entre o Governo Federal e as organizações da sociedade civil sobre as políticas públicas para o Mercado Comum do Sul (Mercosul).

Deu-se também prosseguimento à realização das Cúpulas Sociais do Mercosul – um espaço de diálogo e interação entre governos e sociedade civil dos países membros e associados, a respeito do processo de integração regional. As propostas emanadas dos debates realizados nas Cúpulas Sociais são encaminhadas às Cúpulas de Chefes de Estado do Mercosul para apreciação pelos Presidentes das nações integrantes. As Cúpulas Sociais acontecem semestralmente, de forma coordenada com as Cúpulas de Chefes de Estado. A organização da atividade compete ao país que está exercendo a Presidência do Bloco no momento.

Em julho de 2010, foi realizada a IX Cúpula Social, que reuniu cerca de mil lideranças sociais dos quatro países do Mercosul na Isla del Cerrito, localidade da província argentina do Chaco. A X Cúpula Social do Mercosul aconteceu em Foz do Iguaçu (PR), entre os dias 14 e 16 de dezembro de 2010, e contou, em seu encerramento, com a participação dos presidentes dos 12 países da América do Sul.

As atividades do Conselho Brasileiro do Mercosul Social e Participativo e as Cúpulas Sociais do Mercosul deverão ter continuidade em 2011. O Conselho realizará as quatro reuniões anuais estabelecidas pelo Decreto 6.594, de 6 de outubro de 2008. A partir de 2011, as Cúpulas Sociais deverão contar com o suporte da Unidade de Apoio à Participação Social do Mercosul, novo espaço do organograma institucional do Bloco, cuja criação foi anunciada durante a XL Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul, no dia 17 de dezembro de 2010, em Foz do Iguaçu.

Outro tema que evoluiu ao longo do período foi o diálogo social Brasil-Noruega, uma parceria entre a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Confederação dos Trabalhadores da Noruega (LO) e Confederação Empresarial da Noruega (LHO). A iniciativa teve por objetivo promover o Diálogo Social e a Comunicação entre governos, traba-





lhadores e empresários, com vistas a avançar nas propostas que contribuam para o crescimento econômico sustentável e o desenvolvimento social e a revitalizar os laços de cooperação entre a Noruega e a América Latina, com destaque para o Brasil, devido à forte presença de investimentos de empresas norueguesas no País. O II Fórum de Diálogo Social Brasil-Noruega reuniu-se durante o período de 1 a 8 de maio de 2010, em Oslo, com o propósito de aprofundar o conhecimento sobre o modelo tripartite de diálogo social adotado pelo país escandinavo.

Já no âmbito do Programa Brasil Próximo, resultante de acordos entre os governos da Itália e do Brasil, o objetivo é implementar projetos piloto, em parceria com Estados e Municípios, de cooperação entre os dois países com o foco no tema de desenvolvimento local. Participam do programa mais de 40 cidades dos Estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Piauí e Amazonas. Na Itália, fazem parte da cooperação as regiões da Úmbria, do Marche, da Toscana, da Emilia Romagna e da Ligúria. Em dezembro de 2009 foi instalada em Brasília a Comissão Intersetorial para a gestão do Brasil Próximo, formada por representantes de 11 ministérios e que tem como finalidade coordenar as parcerias entre os dois países no âmbito do Programa.

O Governo também trabalha em parceria com a Universidade para a Paz (UPAZ), criada pela Organização das Nações Unidas em 1980, com sede na Costa Rica, com a missão de proporcionar uma educação superior para a paz. A cooperação com o Brasil tem permitido aportar a contribuição dos países latino-americanos para o combate à violência, o respeito aos direitos humanos e a solução negociada dos conflitos. Em novembro de 2010, um grupo de dirigentes do Banco do Brasil participou do Curso Piloto “Desafios em Negócios Internacionais de Hoje”, organizado especialmente pelos especialistas da UPAZ para atender às necessidades de internacionalização do Banco.

Em relação aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) – plataforma social, sob a coordenação da ONU, que sintetiza a Declaração do Milênio que 191 países assinaram com o compromisso de melhoria de indicadores sociais, ambientais e econômicos –, com os resultados já alcançados o Brasil deverá cumprir todas as metas traçadas para 2015. O Prêmio ODM Brasil apresentou os 20 projetos que mais se destacaram dentre quase 1.500 inscritos. Foi realizado o terceiro ciclo de seminários estaduais com a finalidade de apresentar e debater o quarto Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, reunindo sete mil lideranças sociais. Os 27 núcleos estaduais de ODM, criados em 2006 e 2009 para serem catalisadores e disseminadores regionais das ações de ODM, fortaleceram sua atuação levando Municípios e instituições em geral a adotarem os ODM como plataforma social.

Significativo número de universidades e instituições de ensino superior também começaram a participar dos núcleos estaduais e a realizar atividades de extensão com seus alunos. Institutos de pesquisa estaduais realizaram levantamentos sobre a situação dos Estados e de Municípios no que tange ao estágio do alcance dos ODMs, possibilitando o planejamento das ações para os próximos anos.

Faltam cinco anos para o término do período estabelecido para atingir as metas do milênio. Os estudos e as pesquisas constantes do último Relatório Nacional de Acompanhamento dos ODMs indicam que há condições de erradicar a miséria e a fome no País até 2016. Para apoiar o cumprimento das metas e estimular sua antecipação, está em construção o Projeto Movimento ODM Brasil 2015, cujo objetivo é concentrar esforços na produção de conhecimentos, na capacitação de lideranças, no fortalecimento da gestão estadual e municipal, no aperfeiçoamento da governança do Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade, na continuidade da mobilização e da advocacia e no fortalecimento da participação do setor produtivo.





## 4. Relações Institucionais

### a) Articulação com o Poder Legislativo

O diálogo com os partidos políticos e com o Congresso Nacional marca o esforço para a consolidação do desenvolvimento brasileiro. Os resultados desse esforço de articulação democrática e diálogo institucional são expressivos considerando a produção legislativa que, em 2010, alcançou considerável intensidade, com a conversão de 22 medidas provisórias em lei; a aprovação de 39 projetos de lei de autoria do Poder Executivo e de 70 importantes Acordos Internacionais; e a confirmação congressual de 68 indicações de autoridades para agências, tribunais e embaixadas. O valor real dessa produção normativa, entretanto, deve ser compreendido por meio de uma análise específica de alguns dos marcos legislativos aprovados.

No ano de 2010, a legislação sobre o Pré-Sal avançou significativamente por meio das seguintes iniciativas: a aprovação do novo marco regulatório do Pré-Sal, que definiu a capitalização da Petrobras, pela Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010, a criação da Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA) pela Lei nº 12.304, de agosto de 2010, e a aprovação do Projeto de Lei nº 5.940, de 2009, convertido na Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, que instituiu o regime de partilha de produção de petróleo em áreas do Pré-Sal e em áreas estratégicas e criou o Fundo Social, com a finalidade de constituir fonte de recursos para a realização de projetos e programas nas áreas de combate à pobreza e de desenvolvimento da educação, da cultura, do esporte, da saúde pública, da ciência e tecnologia, e da sustentabilidade ambiental.

Em dezembro de 2010, foi enviado ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 8.051, com o objetivo de disciplinar a distribuição de *royalties* advindos da produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de partilha de produção, em áreas do Pré-Sal e em áreas estratégicas. Com a aprovação, a lei permitirá a distribuição mais equitativa dos recursos provenientes dos *royalties* entre Estados e Municípios, além de garantir a compensação financeira aos entes federados produtores e confrontantes.

Uma série de medidas legislativas visando ao desenvolvimento econômico nacional foi aprovada pelo Congresso Nacional em 2010. Destaca-se a Medida Provisória (MP) nº 472, de 2009, convertida na Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, que instituiu o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (REPENEC), criou o Programa Um Computador por Aluno (PROUCA) e instituiu o Regime Especial de Aquisição de Computadores para uso Educacional (RECOMPE). Imprescindível citar a MP nº 495, de 2010, convertida na Lei nº 12.349, de 15 de dezembro de 2010, que estabeleceu margem de preferência para produtos manufaturados e serviços nacionais, priorizando bens e serviços produzidos no País.

O Congresso Nacional também aprovou matérias relacionadas à preparação do País para a FIFA 2014 e Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, sendo as mais importantes a MP nº 497, de 2010, convertida na Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010, que instituiu o Regime Especial de Tributação para Construção, Ampliação, Reforma ou Modernização de Estádios de Futebol (Recopa) e a MP nº 496, de 2010, transformada na Lei nº 12.348, de 15 de dezembro de 2010, que dispôs sobre o limite de endividamento de Municípios em operações de crédito destinadas ao financiamento de infraestrutura para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.

No campo da educação e cultura, destaca-se a aprovação dos projetos de lei que estabeleceram a criação das Universidades da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e da Integração Latino-Americana (UNILA), transformados,





respectivamente, nas Leis nº 12.289, de 20 de julho de 2010, e nº 12.189, de 12 de janeiro de 2010. Também foi aprovado o Plano Nacional de Cultura (PNC) pela Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010. Ainda sobre o tema, vale citar a aprovação do projeto de lei, transformado na Lei nº 12.260, de 21 de junho de 2010, que reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela destruição, no ano de 1964, da sede da União Nacional dos Estudantes (UNE) e estabeleceu reparações.

Na área de agricultura, houve impactos positivos decorrentes da aprovação do projeto de lei complementar que criou mecanismos de aperfeiçoamento para o seguro rural, convertido na Lei Complementar nº 137, de 26 de agosto de 2010, e do projeto de lei convertido na Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, que instituiu a Política e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER e PRONATER). Destaca-se também a criação do Fundo Especial para Calamidades Públicas (FUNCAP), a partir da conversão da MP nº 494, de 2010, na Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010.

Alguns dos projetos de lei aprovados em 2010 tiveram ampla repercussão na mídia e na sociedade civil, como a Lei Complementar nº 135, de 4 de junho de 2010 – a lei da Ficha Limpa; a Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 – o Estatuto da Igualdade Racial; e a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 – a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Também foram aprovadas duas alterações constitucionais de grande relevância: Emenda Constitucional (EC) nº 66, de 13 de julho de 2010 – conhecida como proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Divórcio; e a EC nº 65, de 13 de julho de 2010 – denominada PEC da Juventude (PEC 42, de 2008).

Para o ano de 2011 é prioridade a condução das reformas tributária e política e o acompanhamento dos seguintes projetos de lei (PL): i) PL nº 3.337, de 2004, que altera o marco legal das agências reguladoras; ii) PL nº 5.186, de 2005, que altera a Lei Pelé; iii) PL nº 7.200, de 2006, que trata da reforma universitária; iv) PL nº 3.077, de 2008, que organiza o Sistema Único de Assistência Social; v) PL nº 5.395, de 2009, que exige curso superior para professores da educação básica; vi) PL nº 5.487, de 2009, que institui a Política Nacional dos Serviços Ambientais; e vii) PL nº 8.051, de 22 de dezembro de 2010, que trata do pagamento e da distribuição de *royalties*. Destacam-se ainda grandes prioridades econômicas e de infraestrutura para 2011, como o PL nº 7.673, de 2010, que autoriza a criação da Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade S.A. (ETAV), e o PL nº 1.481, de 2007, que dispõe sobre o acesso a redes digitais de informação em estabelecimentos de ensino e permite a ampliação do uso do Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações (Fust).

Prevê-se também o acompanhamento das matérias de interesse do PAC (o PLC nº 32, de 2007, que atualiza a Lei de Licitações, e o PLC nº 6, de 2009, que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência) e dos seguintes projetos de lei iniciados na Câmara dos Deputados: o PLC nº 1, de 2010 - Complementar, que regulamenta as hipóteses de cooperação ambiental entre os entes federativos; e o PLC nº 41, de 2010, que garante acesso pleno, imediato e gratuito a informações públicas e proteção das informações pessoais e sigilosas.

Em 2011 será importante, ainda, aprofundar os instrumentos de diálogo e negociação com as lideranças partidárias e membros das comissões temáticas, de forma a assegurar governabilidade e aprovação de projetos que contribuam para o desenvolvimento político, econômico e social do País. Nesse sentido, espaços de negociação do mérito das matérias devem ser assegurados como forma de qualificar a produção legislativa, preservada a autonomia dos poderes.

Propõe-se, por fim, o aperfeiçoamento do Sistema de Acompanhamento Legislativo (SIAL), que atende às necessidades de assessoramento e informação da Administração Pública Federal quanto às atividades do Congresso Nacional, bem como de





relacionamento entre as assessorias parlamentares do Poder Executivo e os órgãos de representação governamental nas Casas Legislativas, isto é, a Liderança do Governo na Câmara, no Senado e no Congresso Nacional. O SIAL pode ser aprimorado em termos de gestão de processos, pela racionalização dos fluxos rotineiros do trabalho e pela incorporação de instrumentos de tecnologia da informação que modernizem a gestão documental, a comunicação entre órgãos de governos e o acesso à informação parlamentar.

## **b) Articulação Federativa**

No último ano, buscou-se aprofundar a relação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios por meio da criação de instâncias permanentes de pactuação e articulação federativa. Principal exemplo desse processo foi o encaminhamento do Projeto de Lei nº 7.388, de 2010, que instituiu o Comitê de Articulação Federativa (CAF) como órgão de assessoramento do Presidente da República, vinculado à Secretaria de Relações Institucionais. Criado em 2003, por meio de um protocolo de cooperação entre a Casa Civil da Presidência da República e as entidades representativas dos Municípios – Associação Brasileira de Municípios (ABM), Confederação Nacional de Municípios (CNM) e Frente Nacional de Prefeitos (FNP) –, o CAF veio gradualmente se fortalecendo, tendo sido regulamentado pelo Decreto nº 6.181, de 3 de agosto de 2007, como instância consultiva à qual compete a articulação entre o Governo Federal e os Municípios. Além do CAF, houve o fortalecimento de outras instâncias de diálogo federativo, como as comissões gestoras tripartites dos sistemas federativos, as mesas tripartites de gestão e monitoramento do PAC e os comitês de articulação estadual do Programa Territórios da Cidadania (PTC).

Resultado desse diálogo federativo foi a aprovação de novos marcos legais que fortaleceram institucionalmente o Estado brasileiro nos diversos níveis de governo e favoreceram os investimentos públicos e privados nos territórios, como o Plano Nacional de Banda Larga, a Política Nacional de Resíduos Sólidos e, mais recentemente, o Plano Nacional de Cultura.

Necessário destacar também, no último ano, as ações de cooperação federativa com as cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014 e, ainda, a formação do primeiro consórcio público entre a União, o Estado e o Município do Rio de Janeiro, que se constitui na Autoridade Pública Olímpica (APO), responsável pela gestão da infraestrutura necessária para a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.

O processo de fortalecimento institucional e de estímulo à autonomia financeira dos Municípios foi ampliado a partir da Agenda Nacional de Apoio à Gestão Municipal. Tendo como base suas ações, em 2010 foi possível um incremento dos processos de articulação dos programas do Governo Federal de capacitação e assistência técnica aos Municípios; de ampliação do acesso dos Municípios à tecnologia da informação; de reformulação e simplificação do acesso aos programas federais; e de fortalecimento da participação e controle sociais sobre as políticas públicas descentralizadas. Destaca-se, nesse processo, o apoio à formação de onze consórcios públicos intermunicipais em Territórios da Cidadania.

Durante a Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, tradicional manifestação do movimento municipalista, realizada em maio de 2010, foram anunciadas medidas para aprofundar o processo de aperfeiçoamento do pacto federativo a partir do fortalecimento dos executivos municipais. No encontro, foi ainda comunicado o envio ao Congresso Nacional do Projeto de Lei nº 589, de 2010, que estabelece a equalização do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), protegendo-o de oscilações negativas. E para esclarecer os Municípios a respeito dos principais programas federais com os quais têm parceria, foi elaborada e distribuída, também durante a marcha, a publicação “Brasil Forte, Cidades Melhores”, com o balanço dos ganhos e avanços dos Municípios ao longo dos últimos anos.





Com os Estados, estabeleceu-se o monitoramento das agendas regionais propostas a partir dos fóruns de governadores do Nordeste, da Amazônia Legal e do Centro-Oeste, e do Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (Codesul). Com base nas sistemáticas reuniões realizadas em 2010, tais instâncias contribuíram para a promoção do diálogo e da concertação de uma agenda política regional entre os governadores. Merece destaque o acompanhamento dos compromissos Mais Nordeste pela Cidadania e Mais Amazônia Legal pela Cidadania, que obtiveram significativos avanços na proposta de redução dos índices de mortalidade infantil, analfabetismo e sub-registro civil de nascimento, e de ampliação da oferta de assistência técnica e extensão rural para o agricultor familiar.

No processo de seleção dos projetos a serem contemplados na segunda fase do PAC, foram realizadas reuniões locais e em Brasília com o objetivo de esclarecer os mecanismos de escolha. Com a medida, garantiu-se a apresentação de projetos em melhores condições técnicas do que em processos semelhantes realizados em anos anteriores, evidenciando-se que ações de apoio à gestão municipal têm impacto direto na qualidade das políticas públicas desenvolvidas em parceria com os entes federados.

Ainda no âmbito do PAC 2, no eixo de infraestrutura urbana e social, foi definida a extinção da exigência de contrapartidas financeiras de Estados e Municípios para os projetos, tendo em vista que as finanças desses entes subnacionais ainda se recuperam dos efeitos da crise econômica internacional, que chegou a seu ponto mais agudo em 2009. Tal medida facilitou o ingresso dos Municípios no Programa, sobretudo os de menor porte. Para os localizados em áreas rurais, contemplados com equipamentos para a construção e manutenção de estradas vicinais, foi ofertada a proporção de 50% dos recursos oriundos do Orçamento Geral da União. Até então, o financiamento era integralmente a cargo das municipalidades.

A integração do olhar federativo entre todos os órgãos do Executivo Federal foi mantida por meio do Sistema de Assessoramento Federativo (SASF) que, coordenado pela Secretaria de Relações Institucionais, integra os agentes públicos que possuem relação direta com os entes federados. Foram realizadas, em 2010, oito reuniões cujas pautas de maior destaque foram o PAC 2, a proposta de criação de uma Lei de Responsabilidade Social e o Plano Nacional de Banda Larga.

Do ponto de vista internacional, houve forte estímulo à cooperação interfederativa, manifestada por meio de diversas iniciativas, tais como: i) a consolidação do Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul (FCCR), como espaço de participação direta de governadores e prefeitos na estrutura institucional do Bloco; ii) a instituição da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira; iii) a construção da Agenda de Desenvolvimento e Integração Fronteiriça, com metas e estratégias para as fronteiras brasileiras; iv) a criação do Fórum de Governança Local Índia, Brasil e África do Sul (IBAS); v) o acompanhamento de acordo entre as cidades brasileiras que sediarão a Copa do Mundo FIFA 2014 e as sul-africanas que receberam os jogos em 2010, a fim de promover cooperação técnica e intercâmbio de experiências; vi) o envolvimento de Municípios brasileiros no esforço de reconstrução do Haiti após o terremoto de janeiro de 2010; e vii) o estímulo às parcerias entre cidades e Estados brasileiros e regiões europeias (França, Itália e Espanha).

Com o objetivo de fortalecer as relações intergovernamentais e a cooperação entre os entes da Federação, será importante, em 2011, consolidar as instâncias permanentes de diálogo federativo criadas nos últimos anos, como os fóruns regionais de governadores no caso dos Estados, e o Comitê de Articulação Federativa, no âmbito dos Municípios. Também será fundamental apoiar o diálogo federativo promovido pelas comissões tripartites previstas nos diversos sistemas setoriais, a exemplo do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), e instituir o Conselho de Gestão Fiscal, previsto no art. 67 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).





Em 2011, pretende-se dar continuidade à priorização da formulação, execução e monitoramento, realizados com a participação dos entes da Federação, dos principais programas federais, como o PAC e o Programa Territórios da Cidadania (PTC). Importante também será o apoio aos Municípios e Estados que sediarão a Copa do Mundo FIFA 2014 e ao consórcio público que se constituiu na Autoridade Pública Olímpica (APO).

Para fortalecer o pacto federativo cooperativo, estatuído na Constituição de 1988, será necessário, em 2011, buscar a regulamentação dos seguintes dispositivos: i) o art. 18, sobre a criação de Municípios; ii) o art. 23, que prevê normas de cooperação para exercício das competências comuns aos entes da Federação; iii) o art. 25, que dispõe sobre as regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões; iv) o art. 43, sobre as regiões de desenvolvimento; e v) a Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000, que trata da vinculação de recursos para a saúde.

Ainda nos assuntos federativos, projeta-se para o ano de 2011 a continuidade das ações da Agenda Nacional de Apoio à Gestão Municipal e o apoio às ações internacionais dos entes federados, por meio das seguintes iniciativas: o fortalecimento do FCCR e do Fórum de Governança Local do IBAS; a realização do IV Encontro da Cooperação Descentralizada Franco-Brasileira em Fortaleza (CE); e a institucionalização, por meio da criação de um marco jurídico, da política de cooperação internacional federativa no Brasil.



